

## ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 1. Habilitação Jurídica

1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- I. Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em tratando de sociedades comerciais ou cooperativas, no que se aplicar, acompanhado de sua última alteração ou em forma consolidada. No caso de sociedades por ações e cooperativas, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir; e
- V. Nos termos do art. 28 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971, tratando-se cooperativa, a licitante deverá apresentar Ata da Fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou. O Estatuto deverá comprovar a constituição obrigatória de:
  - a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento) pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e
  - b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
- VI. Independente da forma de constituição da empresa licitante, a mesma deverá apresentar documentação pessoal (RG e CPF) de seu(s) representante(s) legal(is).
  - a) Para representação por meio de instrumento de procuração, a Licitante deverá apresentar, além da documentação pessoal do procurador, o Instrumento Particular, com firma reconhecida, ou Público de Procuração, em validade, que deve outorgar ao representante, poderes gerais para a prática de todos os atos inerentes ao Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico, especialmente para formular ofertas e lances de preços, em nome do licitante representado. No caso de Instrumento particular de procuração, deverá ficar comprovado que o subscritor da procuração tem poderes para tal delegação por meio de cópia autenticada do contrato social e ou outro documento constitutivo.

### 2. Critérios de Qualificação Técnica

2.1. Serão solicitadas as seguintes documentações para a comprovação de qualificação técnica:

- I. Registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- II. 01 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por instituição(ões) financeira(s), pública(s) ou privada(s), devidamente autorizada(s) a funcionar pelo BACEN, que possua(m) um patrimônio líquido igual ou superior a **R\$ 56.436.175,33** (cinquenta e seis milhões, quatrocentos trinta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), declarando que a licitante prestou de forma satisfatória serviços de auditoria das demonstrações contábeis, executando contrato por, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos.
  - a) justifica-se a exigência do valor acima indicado, em razão da necessidade de o licitante comprovar

que possui adequada experiência técnica prestando serviços em instituições financeiras de porte similar à AFEAM.

- b) ademais, o valor de **R\$ 56.436.175,33** (cinquenta e seis milhões, quatrocentos trinta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) representa 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio de Referência da AFEAM na data-base de 30/08/2022, de modo que tal exigência está em estrita consonância com a Súmula de Jurisprudência do TCU nº 263, com a Súmula nº 24 do TCE/SP e com o Acórdão TCU nº 3104/2013 – Plenário.

III. Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

### **3. Critérios de Qualificação Econômico-Financeira**

3.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se á:

- I. Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.
- II. Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei, que comprovem boa situação financeira, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; e

3.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita por meio da apresentação dos índices abaixo, podendo ser apresentada por meio de Declaração de Capacidade Financeira (Anexo III-A):

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Caso a licitante não atenda mínimo previsto em qualquer dos índices contábeis previstos na letra anterior, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de a 10% (dez por cento) do valor da proposta de preço.

### **4. Regularidade Fiscal**

4.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- II. Prova de regularidade com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e,
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).